O JUDICIÁRIO

Impresso Especial
62097377/2011 - DR/SC
AMC
CORREIOS

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - Nº 64 - OUTUBRO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

Fabrício Severino

Perfil: *O Judiciário* conta a história do desembargador aposentado Francisco Xavier Vieira

Páginas 8 e 9

Extensões da ESMESC alcançam 220 alunos em seis cidades de SC

Páginas 10 e 11

Divulgação

FUTEBOL

Catarinenses ficam em 3º lugar no Campeonato Nacional

Páginas 4 e 5

FLORIANÓPOLIS

Magistrado registra as belezas da Capital

Páginas 6 e 7

CHUVAS EM SC

Juíza comenta o drama das enchentes

Páginas 15

Congresso Estadual reúne magistrados e familiares em Balneário Camboriú

Fabrício Severino

Com a presença de magistrados de várias comarcas, evento contou com assembleias, palestras, homenagens e jantar de confraternização

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, entre os dias 7 e 9 de outubro, o seu tradicional Congresso Estadual de Magistrados, reunindo cerca de 200 participantes nas dependências do Hotel Recanto das Águas – Infinity Blue Resort & SPA, em Balneário Camboriú.

Páginas 12 e 13

SEGURO DE VIDA TOTAL UNICRED
Garanta a tranquilidade do seu maior patrimônio, sua família.

Corretora de Seguros Unicred. Quem tem, está tranquilo.
Solicite sua cotação: 48 3222-9577 ou coomarca@coomarca.com.br

COOMARCA
Filiada ao Sistema UNICRED

Editorial

O MITO DOS SUPERSALÁRIOS

A opinião pública, sempre muito preocupada em consumir informação e pouco afeita a analisar com olhar isento e crítico o que lê, ouve ou assiste, continua bradando firme contra o reajuste dos subsídios da magistratura brasileira. Impulsionados pela mídia, cidadãos de todas as classes acreditam, de fato, que os juízes brasileiros já recebem salários nababescos, sobretudo quando comparado a maioria dos trabalhadores de todo o país, e que nada justifica uma recomposição em razão das perdas com a inflação.

E mais: bradam que a recomposição postulada representará o absurdo valor de R$ 8,35 bilhões de reais aos cofres da Nação. Pura inverdade. O que pleiteiam os juízes é a recomposição de 14,79% em seus subsídios, ainda que a inflação do período a que não têm reajuste, beire aos 31,5%. Ora, se existem aproximadamente 16 mil magistrados no País, e se o reajuste pretendido implicasse, na média, R$ 2.250,00 por magistrado, numa conta rasa, evidentemente isto significaria aproximadamente R$ 36 milhões mensais e, portanto, R$ 470 milhões anuais, bem distante, então, dos R$ 8,35 bilhões alardeados pelo Governo. E tem mais: esse valor engloba todos os magistrados brasileiros. Não se pode esquecer, porém, que o Governo Federal é responsável por aproximadamente três mil magistrados, no caso os Federais e do Trabalho, eis que os Estaduais são pagos pelos cofres do Governo Estadual. Daí se vê que a manipulação de números é o forte do Governo, talvez com o intuito de reservar parte do caixa para usar da forma que lhe convém, ou mesmo jogar a mídia e a população nacional contra uma categoria, responsável pela guarda dos direitos constitucionais, que não tem seu direito Constitucional de revisão anual de seus subsídios observado, conforme qualquer categoria de trabalhadores.

Infelizmente, o mito dos supersalários ganha cada vez mais força, colocando em risco a própria independência e segurança da magistratura para bem cumprir o seu mister. Cumpre salientar que os juízes brasileiros não estão entre os 10% mais ricos do país, os quais são detentores de mais da metade da riqueza nacional. Este é um dado relevante, na medida em que evidencia não ser esta classe a responsável pela concentração de renda, que por sua vez, provoca desigualdade social. Além disso, os valores divulgados pela mídia escondem os descontos (imposto de renda, previdência, etc.), que reduzem em quase 38,5% os vencimentos dos magistrados brasileiros. Assim, um subsídio de pouco mais de R$ 17 mil bruto fica em torno de R$ 11 mil líquidos. É um bom salário, sem dúvida, mas pouco, se comparado com a responsabilidade do cargo; o tempo despendido e as dificuldades enfrentadas pelos candidatos para alcançar o referido cargo público. Ademais, magistrados não podem ter outra função (a não ser o magistério), que lhe permita aumentar a própria renda.

Acrescente-se que os ganhos percebidos hoje pela magistratura estão há seis anos sem reajuste, o que reduziu consideravelmente o seu poder de compra por conta da inflação do período. Esse é o ponto nodal da questão: a magistratura brasileira não reivindica, através de suas entidades de classe, um aumento real de subsídio, ou seja, não está a pedir aumento de salário. Quer tão somente a recomposição das perdas inflacionárias, direito, aliás, constitucionalmente garantido a todo trabalhador brasileiro.

Vale lembrar que a implementação do subsídio para as carreiras de Estado trouxe grandes avanços, entre eles, a instituição de um teto moralizador para acabar com os supersalários e um regime de remuneração transparente, sem penduricalhos, recebida indistintamente por todos os membros da mesma categoria. Além da alta carga de trabalho, "incrementada" com plantões não compensados, atividades administrativas extraordinárias gratuitas, metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mutirões não-remunerados, cobranças, ameaças de morte sem garantia de proteção institucional, é lamentável que os juízes do país tenham que também lutar para ter o mesmo direito de qualquer trabalhador. E pior: sentem-se impotentes, desprotegidos e constrangidos, como se estivessem eles cometendo um crime.

A magistratura brasileira, reconhecida como uma das mais produtivas do mundo, merece um pouco mais de consideração. Não só pelo que fez, faz e continuará fazendo em favor dos jurisdicionados, praticando justiça, dizendo, diuturnamente, o Direito através de suas decisões judiciais, mas, sobretudo, pelos relevantes serviços prestados ao País, que se traduzem na luta diária pela manutenção do Estado Democrático de Direito. O que isso significa? Isso quer dizer que sem juízes independentes e motivados, não há democracia; sem democracia, não há liberdade, não há justiça...

Memória

Arquivo AMC

III Encontro dos Magistrados, Promotores e Advogados de Santa Catarina (EMPASC), realizado de 15 a 17 de agosto de 1975 em Blumenau

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231.3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi
1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes
2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini
1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques
1º Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O JUDICIÁRIO

Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino, Bárbara Nunes
Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Bárbara Nunes e Eduardo Nascimento

JUSTIÇA DIGITAL EM JOINVILLE

*** ANDRÉ A. HAPPKE**

23 de setembro de 2011 foi a data da instalação do 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Joinville. A data pode ser considerada histórica, já que desde então todos os novos processos ajuizados perante os Juizados Especiais em nossa cidade passaram a tramitar no formato digital, em arquivos de computador, e não mais físicos.

Os três Juizados, seus juízes titulares, servidores e colaboradores passaram por treinamento, na semana passada, para trabalhar com o novo sistema. O período de adaptação será inevitável, mas os ganhos no novo formato são bastante importantes. Basta dizer que o processo estará sempre disponível pela Internet, na íntegra, para quem dele precisar. Acabaram-se os problemas de deslocamento de processos de um setor para outro, para advogado de um e de outro. Ninguém mais conseguirá perder um processo, ainda que temporariamente. Muitos dispositivos de segurança estão em ação para evitar danos aos arquivos informatizados. Cópias de segurança, espelhos simultâneos e até cópia de segurança atualizada em outro Estado da Federação são ferramentas de preservação de dados utilizadas.

Advogados e partes não precisarão ir até a sede dos Juizados para verem o seu processo. Ele estará em seus escritórios e lares, pela rede de computadores. Os ganhos no tempo de tramitação, conforme a fase, chegam a 98% do tempo gasto em hora trabalhada/servidores e procuradores. Eis algo que fará sentir na população usuária do Sistema dos Juizados que caminhamos mais afinados para a esperada celeridade na solução das lides. Certamente haverá alguns problemas novos, mas muitos e muitos entraves antigos deixarão de existir. Vai compensar, sem dúvida.

Temos, agora, três unidades em operação, todas com juízes titulares e geograficamente distribuídas na cidade para maior aproximação com a população que utiliza dos serviços, bem como todas as três com ligação estreita com instituições de ensino superior potencializando não apenas a qualidade de atendimento como também contribuindo para o melhor aprendizado dos estudantes de Direito de Joinville.

***JUIIZ DE DIREITO**

A DELINQUÊNCIA JUVENIL

*** CARLOS HENRIQUE ABRÃO**

O surto desenfreado de delitos de trânsito, com vítimas fatais, ultimamente, tem apresentado inegável salto de qualidade, preocupando as autoridades e, principalmente, o legislador, para melhor redação do dispositivo legal.

Não se concebe, na atualidade, que o condutor embriagado, provocando acidente de trânsito, do qual decorre invalidez permanente e o evento morte, responda, exclusivamente, a título de delito culposo.

A par dos gastos incorridos pelo seguro obrigatório, denominado DPVAT, as vítimas e seus familiares ficam desamparados e completamente ao abrigo de uma legislação que não atende mais a sua realidade.

Definir o delito, a título de preterdoloso, não atende, minimamente, a consciência daquele que dirigiu embriagado e assumiu o risco de causar o delito de trânsito.

Nesse diapasão, a autoridade deveria modificar o dispositivo normativo, para que todo delito cometido, em comprovado estado de embriaguez, submete-se ao comando da responsabilidade dolosa.

Não haveria necessidade, dentro desse contexto, e na tessitura abordada, que o julgamento ficasse subordinado ao Tribunal do Júri, o que provocaria anos a fio de espera e a possível impunidade.

Soubessem os condutores embriagados que o delito a eles imputado estivesse incorporado ao homicídio doloso, ou lesões corporais dolosas, muito provavelmente pensariam duas vezes antes de assumir o comando.

Vimos recentemente que o próprio STF, em caso emblemático, depois da prisão decretada e cumprida, julgar prescrito delito de trânsito com vítimas fatais.

Bem por tudo isso, perpetrado o delito, e não estando ferido o motorista, a própria autoridade de trânsito estaria encarregada de fazer o exame de dosagem alcoólica, cuja recusa poderia acarretar a presunção de culpa.

Estando o condutor ferido e conduzido a tratamento na rede do SUS ou particular, mesmo conveniada, dado o grau de urgência, verificar-se-ia o estado de embriaguez para que o tempo decorrido não impedisse a constatação.

Milhares de vidas são esfaceladas em razão de jovens condutores embriagados, depois de praticado o delito, saem soltos, mediante fiança, porquanto a pena máxima não ultrapassa quatro anos, possibilitando o cumprimento em liberdade.

Citado o retrato atual, não é mais compatível, e muito menos tolerável, se o governo não conseguir mudar a conscientização para o consumo de bebida alcoólica e o Parlamento não modificar a legislação, por certo, muitas vidas inocentes serão sacrificadas.

Nessa linha de pensar, alterando-se a legislação, colocando pena mínima de seis anos, e máxima em dez anos, para abranger lesões corporais dolosas e homicídios praticados sob o estado de embriaguez, cuja fiança mínima deveria ser de R$ 50.000,00 e a máxima, R$ 500.000,00, estaria o legislador cooperando e colaborando com a diminuição dos delitos e a preservação da própria vida de milhares de brasileiros.

Lança-se, portanto, como ponto de partida, uma semente, a fim de que, doravante, delitos de trânsito, consabidamente comprovada a embriaguez, tenham tratamento punitivo diferenciado e responsabilidade penal dolosa.

*** DESEMBARGADOR DO TJSP**

Fabrício Severino

AMC/AMATRA posa com um dos uniformes, antes do último jogo, onde conquistaria o histórico terceiro lugar

Catarinenses ficam em terceiro lugar no Campeonato Nacional de Futebol

Campeonato reuniu delegações de 15 estados brasileiros, entre os dias 14 e 17 de setembro, na Capital de Santa Catarina

Entre os dias 14 e 17 de setembro, Florianópolis sediou o tradicional Campeonato Nacional de Futebol Categoria Máster, em sua 18º edição. O encontro, realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), organizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e apoiado pela UNIMED, reuniu 15 estados brasileiros, proporcionando o congraçamento da magistratura.

Os magistrados de Minas Gerais conquistaram pela quinta vez o primeiro lugar no campeonato, desta vez ao vencerem os paulistas por 2 X 0 no último jogo. O time da AMC/Amatra conquistou o terceiro lugar ao vencer a equipe do Espírito Santo, por 3 x 0, e o resultado foi considerado histórico, já que há muitos anos Santa Catarina não obtinha uma classificação tão expressiva numa competição do gênero. Os catarinenses terminaram invictos, perdendo somente para o time de São Paulo na disputa por pênaltis (3 x 2). Santa Catarina, além da terceira colocação no máster, mantém, atualmente, o título de campeão da categoria Força Livre.

Após as competições, o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi agradeceu a participação de todos e mostrou-se satisfeito com a atividade proporcionada pela AMB. "Felizmente tivemos uma competição de alto nível, que propiciou bons momentos de confraternização entre os colegas magistrados", destacou.

O ex-presidente da AMC, juiz Ricardo Roesler, lembrou que o futebol organizado pela AMB e suas entidades associadas sempre foi motivo de muito orgulho para a magistratura, porque tem acima de tudo a função de congregar os magistrados. "A AMB se fortaleceu como entidade associativa de representação dos magistrados a partir do futebol. Quando começaram os campeonatos inicialmente regionais, depois sul brasileiro, agora o brasileiro, a entidade cresceu muito. Então, esse encontro visa efetivamente a congregação dos colegas, onde se comenta as dificuldades de cada Estado, de cada gabinete e entidade judiciária, e isso é só positivo. A AMB e a AMC estão de parabéns mais uma vez pela organização desse evento", afirma.

Outro que concorda com a importância do congraçamento é o juiz Marcel Higuchi, da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA), que jogou no mesmo time que a AMC. Para o magistrado, o congraçamento com os demais colegas é o principal, "mas, não podemos dizer que estamos aqui só pelo ideal olímpico, temos um time competitivo", brinca.

O diretor de esportes da Associação do Rio Grande do Sul, juiz Hilbert Obara concorda com os rivais de time: "O que eu acho muito importante é realmente a integração, é na verdade a palavra-chave, a competição fica em segundo plano porque a amizade que se cria nesses eventos é uma coisa que não tem preço, é uma oportunidade para trocar idéias, trocar conceitos, experiências, entre o pessoal, inclusive entre os colegas da própria delegação. É uma atividade que já tem há tantos anos que acredito que pelo objetivo que alcança, por essa integração, será interminável", alega.

Fabrício Severino

Mineiros festejam a vitória na final disputada contra os paulistas

O magistrado Cleanto Fortunato, diretor de esportes da Associação do Rio Grande do Norte, afirma que o campeonato proporciona lazer e integração com os colegas dos outros estados. "Com certeza não teríamos outra oportunidade de conhecê-los e nem de trocar experiências", expõe.

O juiz catarinense Ezequiel Garcia auxiliou os jogadores durante a competição, substituindo o colega juiz Marlon Negri, diretor de esportes da AMC. "É uma satisfação para SC receber as delegações de magistrados de 15 estados brasileiros para um evento como este, em favor da saúde e do congraçamento da magistratura".

O hotel oficial do evento foi o Jurerê Beach Village e os jogos foram divididos entre os campos das sedes balneárias das associações dos Magistrados (AMC), do Ministério Público (ACMP) e dos Fiscais da Fazenda Pública (AFFESC), localizadas no bairro Cachoeira do Bom Jesus, a 10 minutos do hotel.

Destaques e homenagens

A organização do evento premiou este ano dois artilheiros: Marcelo Cegato (Amagis) e Nilton Carpes da Silva (Ajuris). Eles marcaram o mesmo número de gols. O magistrado Fabrício Araújo (Amagis) recebeu o troféu de goleiro menos vazado. E o troféu de melhor goleiro da competição ficou para o magistrado Marcos Reis (Apamagis). Marcelo Cegato (Amagis) recebeu também o troféu de melhor jogador. O troféu "Disciplina", que leva em consideração o menor número de cartões e faltas, foi para o time do Rio Grande do Norte. Todos foram eleitos por uma comissão formada por representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Foram ainda entregues medalhas e troféus aos três primeiros colocados (MG, SP e SC). Ao final, os organizadores prestaram uma homenagem ao magistrado Márcio Mendes, falecido recentemente e que era considerado por todos um ícone do esporte no âmbito da magistratura brasileira. Uma placa foi entregue à viúva e à filha do magistrado, que ficaram emocionadas com a lembrança.

Fabrício Severino

Família do magistrado Márcio Mendes recebe homenagem póstuma

Jogadores mineiros

Jogadores paulistas

Jogadores AMC/AMATRA

Imagens resumem três dias de campeonato

Primeiro jogo do encontro é entre os rivais do Sul: SC e RS. E os catarinenses seguem invictos, após vencerem os gaúchos por 4 x 3

Momento da concentração: catarinenses conversam sobre tática de jogo, na última partida de sexta-feira

Gaúchos vencem de goleada o time do RN: 8 x 1

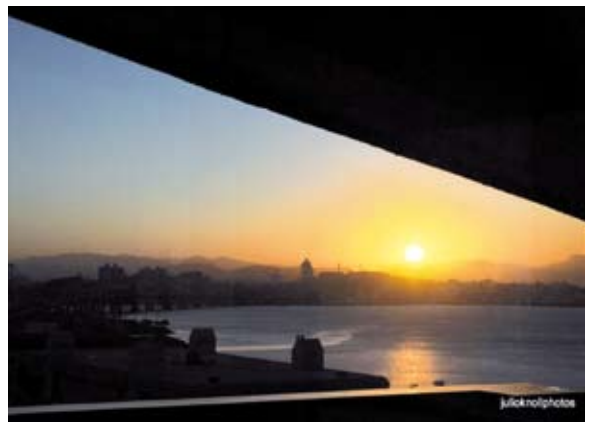
Magistrado do Maranhão, Rodrigues Pereira, fez questão de trazer a esposa Marileth e os três filhos para a competição em SC

Esposas dos magistrados prestigiam os jogos durante os três dias de campeonato

AMC/AMATRA reúnem-se para foto oficial, no 1º dia

Florianópolis, por Júlio Knoll

Em homenagem as cidades catarinenses atingidas pelas chuvas, com desejo de força para este recomeço, o juiz aposentado Júlio Knoll percorreu a Capital do Estado capturando imagens que mostram natureza e homem juntos, em sintonia de grandeza e beleza.



COLUNA DE BACO

VINHO + QUEIJO + PÃO = TRIO PERFEITO

Edson Nelson Ubaldo*

A uva, o leite e o trigo são responsáveis pela mudança mais significativa no modo de vida da humanidade primitiva. Antes nômade, porque caçador e coletor, ao descobrir a agricultura e o pastoreio o homem tornou-se gregário, construiu aldeias que depois se transformaram em cidades e formatou as bases da economia e do comércio. O trigo e a videira, que antes cresciam esparsos, foram agrupados em lavouras e parreirais, fornecendo a matéria prima para o pão e o vinho. A domesticação de cabras selvagens, seguida pela de ovelhas e vacas, assegurava carne e leite. As sobras deste deram origem ao queijo. Assim formou-se a base alimentar das primeiras sociedades gregárias, pois a carne era esporádica, já que implicava no sacrifício de um animal cuja fêmea produzia leite todos os dias e filhotes a cada ano.

É interessante observar que o vinho, o queijo e o pão são obtidos pela ação de microrganismos vivos (as leveduras) que atuam sobre as matérias primas - uva, leite e farinha -através do processo natural da fermentação. Desde milênios a humanidade conhecia os efeitos, mas não a causa dessa transformação, só explicada no século XIX pelos estudos e experimentos do genial francês Louis Pasteur.

A palavra "queijo" popularizou-se através do latim. O leite coagulado, como até hoje se faz na produção doméstica, era colocado numa forma circular ou quadrangular e prensado com as mãos para separar a parte líquida (soro) da parte sólida que dá origem ao queijo. O produto final denominava-se "caseum formaticum". A maioria das línguas modernas adotou nomes derivados da primeira palavra: cheese (inglês), käese (alemão). queso (espanhol), queijo. Outras preferiram a segunda: fromage (francês), formaggio (italiano).

Da mesma maneira que o vinho, há centenas e centenas de variações na preparação de pães e queijos. A França é campeã absoluta na diversidade de queijos, fato que atribui ao General De Gaulle a célebre definição da principal diferença entre seu país e o colosso das Américas: "Enquanto os Estados Unidos têm 360 igrejas para cada tipo de queijo, a França tem 360 tipos de queijo para cada igreja". Descontada a proverbial empáfia gaulesa, a verdade não está longe disso.

O Brasil - que o digam os mineiros -, nunca teve tradição no consumo de queijo com vinho. Essa maravilhosa iguaria chamada "pão-de-queijo" é consumida com café. E os queijos tradicionais são acompanhados de doces, conforme atesta nossa popular sobremesa "Romeu e Julieta", composta de uma fatia de queijo e outra de goiabada, que também pode ser de marmelada, pessegada, figada e outras "adas" da variada gama de frutas brasileiras.

Entretanto, de uns anos para cá entraram na moda os famosos encontros de queijos e vinhos, hoje em franca decadência. Mas qual a razão dessa decadência ? É simples: queijos e vinhos, em especial quando servidos com embutidos, defumados, frutas secas, amêndoas, castanhas e tudo o mais que se vê nos eventos tupiniquins, formam inadequada, desarmônica e indigesta mistura. A indisposição do dia seguinte comprova a assertiva.

Os franceses servem a "table de fromages" após a refeição, com pão e manteiga, para complementar a proteína faltante nos pratos anteriores, servidos naquelas minúsculas porções que tanto decepcionam os brasileiros acostumados à fartura das churrascarias. Esse costume, porém, tem sua razão de ser. De maneira geral, os queijos ingeridos somente com vinho, antes das refeições, causam problemas digestivos. Por sua textura, a quase totalidade das massas de queijo não absorve o vinho, de tal sorte que este acaba sendo processado de imediato pelo estômago, lançando rapidamente o álcool na corrente sanguínea, com efeitos óbvios.

Nessa altura é que entra o pão como elemento indispensável ao equilíbrio fisiológico. Além de harmonizar-se à perfeição tanto com o queijo quanto com o vinho, por seu sabor menos acentuado, a massa do pão absorve o líquido e retarda a entrada do álcool na corrente sanguínea.

• Desembargador

Minha história...

Ele carrega no próprio nome a palavra "justiça". É que os "Vieira" descendem dos fenícios "Vhaira", que em sânscrito significa "justiça praticada pelos homens". Parece - e é - apenas uma feliz coincidência, mas que, no caso do desembargador aposentado Francisco Xavier Medeiros Vieira, serve perfeitamente para adornar um protagonismo inconteste na história do Poder Judiciário catarinense. O comportamento irrequieto e intolerante a injustiças já se manifestava na juventude. E no auge da carreira, com a serenidade própria da idade, ele canalizou toda a sua energia para outros desafios, que se traduziram em ações de vanguarda, as quais ajudaram a consolidar o padrão de excelência da Justiça catarinense, reconhecido em todo o território nacional.Sua história, que começa lá atrás, com seus antepassados, precisa (e vai) ser contada em livro, pois não cabe em duas páginas...

◇◇◇◇◇◇◇

Francisco Xavier Medeiros Vieira nasceu no dia 26 de novembro de 1931, na residência de seus pais, nos altos da rua Felipe Schimidt, em Florianópolis. Filho do renomado professor Alfredo Xavier Vieira e Cydolina Medeiros Vieira, Francisco é o nono filho em uma família de 17 irmãos, oito dos quais formados em Direito.

Com a nomeação do pai para inspetor de nacionalização do ensino, Francisco e família seguem para Joinville, onde, em 1935, é matriculado no Jardim de Infância do Colégio Santos Anjos. Mais tarde, novamente por conta do trabalho do pai, mudou-se para Tijucas, onde estudou nos colégios Cruz e Souza e Espírito Santo.

Em Florianópolis, Francisco estuda nos grupos Arquidiocesano São José e Silveira de Souza; na Academia do Comércio. Antes de prestar o vestibular na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1953 (formou-se em 1957, turma Jubileu de Prata), ele ainda cursou o Colégio Amaro Cavalcanti e a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. Na faculdade, Francisco viveu intensamente toda a efervescência da política universitária. Foi eleito e reeleito para o Conselho de Representantes e, depois, para a presidência da União Catarinense de Estudantes (UCE), em 1956 e 1957. Em suas gestões, construiu a nova sede da entidade e deixou pronto o arcabouço do restaurante universitário.

"A UCE tinha uma força extraordinária naquela época. Para se ter uma idéia, nós fomos recebidos em audiência pelo presidente Juscelino Kubitschek, no Catete, que nos ofertou a cozinha com capacidade para 1500 refeições diárias", relembra. Também naquela época, ele editou o jornal "O Lutador", órgão oficial da classe em Santa Catarina, dirigido por Orlando Vanin. Manteve o programa diário "Café da Manhã", na Rádio Guarujá, produzido pelo então acadêmico Helio de Mello Mosimann e com a locução do jornalista Nazareno Coelho.

Fabrício Severino

Xavier Vieira, durante a entrevista, em seu apartamento na Capital

Criou a "Barbearia do Estudante" e liderou repetidas assembléias gerais, em parceria com entidades sindicais, discutindo o aumento da carne, das tarifas de ônibus e dos ingressos nos cinemas. Francisco Xavier Medeiros Vieira teve ainda fôlego para encarar o desafio de presidir o Conselho Nacional Extraordinário da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1956. No Rio de Janeiro, realizou algumas façanhas, entre elas, venceu, em 1954, o concurso sobre a importância da imprensa universitária, e, em 1957, foi homenageado com o título de "Honra ao Mérito" de "A Tribuna Acadêmica", órgão oficial dos alunos da Faculdade de Direito de Niterói.

◇◇◇◇◇◇◇

Seu primeiro emprego foi na ETUC - Empresa de Topografia, Urbanismo e Construções, na função de desenhista topográfico e calculista, de onde saiu para servir ao Exército, no Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro. Depois, passou pela Texas Company, Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina, Meyer & Cia. e Iapetc (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas). Francisco trabalhou também na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, como assessor técnico da Comissão Parlamentar de Inquérito do Carvão e redator de projetos de lei, período em que exercia, paralelamente, a advocacia. Em abril de 1961, ele ingressa na magistratura estadual. Começava ali, uma trajetória de sucesso, marcada pelo pioneirismo de suas ações...

Francisco assumiu como juiz substituto em 26 de abril de 1961, em Joinville, sendo designado para Tijucas, no que considera a "época romântica da magistratura". Também passou por Tijucas. Ali, revendo a listagem de jurados, fez incluir as professoras da cidade. Naquele tempo eram raras as mulheres no Tribunal do Júri. Ele acrescenta que os juízes assumiam logo após o concurso, sem qualquer preparação, vez que não havia Escola da Magistratura, nem a Academia Judicial.

De Tijucas, ele segue para Ituporanga, em agosto de 1961, tendo permanecido nessa comarca pouco menos de cinco anos. Sua atividade teve dois focos principais: primeiro, pacificar a sociedade. Desde o início, na guerra entre a cultura do litígio x cultura da paz, optou por esta. Aproximar o Judiciário do povo, tornando-o mais conhecido, foi a meta que perseguiu, desde sempre.

O segundo foi a presteza no atendimento. Considerava a lentidão o maior mal da Justiça. Para muitos, cara e elitista, principalmente, diante da inexistência de Defensoria Pública. Curiosamente, Santa Catarina já foi beneficiada, no final dos anos 1950, com a Defensoria Pública, derrubada porque a lei que a criou sofria de nulidade, por erro de iniciativa (a iniciativa não partiu do Executivo).

Xavier Vieira revela que a correição sempre foi uma de suas paixões. Por essa razão, ele inspecionou todas as serventias judiciais e extrajudiciais, em todas as comarcas em que serviu, inclusive as distritais, registrando tudo em pormenorizados relatórios e determinando as medidas cabíveis. Não havia a intenção de punir, apenas orientar, buscando a otimização dos serviços. A primeira providência nos cartórios judiciais era um levantamento dos processos e livros de registro. Não deixava processos nos escaninhos. Os que estavam sem andamento há muito tempo, por desinteresse ou qualquer outro motivo, eram impulsionados.

Outra paixão foi o eleitoral. Sempre atento ao conforto dos eleitores, desdobrou seções e criou muitas outras, onde houvesse, em qualquer "cantão" da comarca, um mínimo de 50 eleitores. E escolhia os mesários dentre os eleitores da seção. Em todas as zonas eleitorais em que atuou aumentou o contingente de eleitores em sucessivas campanhas. Esta paixão o acompanhou até a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), quando criou em todo o Estado novas zonas eleitorais, com total respaldo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

◇◇◇◇◇◇◇

A carreira da magistratura é pródiga em produzir "causos" curiosos. Xavier conta que em Ituporanga viveu uma dessas situações pitorescas. Quando lá chegou não havia promotor, nem advogado residente na cidade. Os delegados de polícia assumiam por indicação política, sem exigência da qualificação necessária. Ao tomar conhecimento de um fato criminoso, Xavier chamou o delegado e determinou a instauração do inquérito policial. O delegado, embora um homem correto, era analfabeto funcional e confessou a impossibilidade de cumprir a ordem, pois jamais havia elaborado um inquérito.

"Sugeri que procurasse a escrivã do Registro Civil, a quem orientei, pois também não havia escrivão policial. O inquérito foi feito. Não havendo promotor, nem adjunto, chamei um comerciante da cidade e o nomeei 'ad hoc'. Ele resistiu, até porque, sem formação jurídica, nunca vira uma denúncia. Após a resistência natural, ele aceitou o encargo, sob a condição de que eu elaborasse a peça. Foi o que fiz. Marcado o interrogatório, o réu não tinha advogado nem como contratá-lo, razão pela qual nomeei o coletor estadual para a tarefa. Nova resistência, vencida mediante idêntica promessa. Acabei elaborando a defesa prévia. Ouvidas as testemunhas, perguntei como juiz e também em nome da acusação e da defesa. Elaborei as alegações finais, o promotor 'ad doc' pedindo a condenação e, o defensor, a absolvição. Chegou a hora da sentença e se apossou de mim um drama de consciência. Fizera tudo no processo. Como condenar o réu? Deveria absolver o réu. Lançado o veredicto, chamei o promotor 'ad hoc' e ele só consentiu no recurso se eu o fizesse. Mesmo assim, quando leu as 'suas' razões, recusou, pois jamais assinaria uma peça criticando, como o fiz, a sentença. Mas, ao final, acabou aceitando. O coletor também lançou 'seus' argumentos, que eu escrevera, a irresignação subiu ao Tribunal e, imagine, a Câmara Criminal reformou a sentença", relata.

Em Ituporanga, Xavier Vieira também experimentou os percalços da carreira naquele tempo, com instalações precárias e sem verbas para material de expediente, instalações e até para o cafezinho, custeado pelo promotor que assumiu no ano seguinte a sua chegada e pelo juiz. O Fórum ficava no segundo andar no Banco Inco. Para trabalhar levaram suas mesas, armários e biblioteca. "O Salão do Tribunal do Júri estava vazio. Inúmeros pedidos meus não encontraram eco, de sorte que conversei com madeireiros e com os prefeitos da Comarca e resolvi o assunto. Com a madeira doada e a mão

de obra garantida, chamei um exímio marceneiro, preso por homicídio, e que iria inaugurar o salão, como réu. Ele não se fez de rogado. Montamos um belo Tribunal do Júri", recorda.

Sempre que podia, Xavier procurava aplicar o que para ele era o principal meio para se alcançar a ressocialização dos apenados: a laborterapia. Os resultados eram surpreendentes e o deixavam feliz e realizado. "Um deles, também homicida, agricultor bem sucedido, havia gasto todos os seus recursos com a defesa e queria vender a sua propriedade. Teria sido mais um excluído, como a maioria dos egressos das prisões, discriminado e, quem sabe, derrotado. Com o auxílio de um engenheiro agrônomo da Epagri, ele foi salvo pela laborterapia. Anos depois, quando já havia passado por duas outras comarcas, ele me convidou para o casamento de sua fllha, a quem eu havia conhecido ainda pequena. Voltara a ser bem-sucedido, dono de terras, caminhões e tratores", lembra.

Ainda em ltuporanga, Xavier Vieira e sua esposa, Marylene, fundaram, no dia do aniversário dela, 14 de setembro de 1961, o Colégio Santo Estevão, nome que homenageava o padroeiro da cidade, atendendo a inúmeros pedidos de amigos e autoridades da comarca. Marylene manteve o colégio até a despedida da cidade, em fins de 1965. Para garantir a continuidade do empreendimento, a Escola foi doada aos professores – e já possuía terreno próprio onde, depois, foi edificada sua sede. O colégio, quarenta anos depois, embora mantido pela Associação Santo Estevão, ganhou um nome novo - Colégio Galileu. O casal foi convidado para a festa do cinqüentenário que, por causa das recentes enchentes, aconteceu no dia 15 de outubro. "Guardo também dessa época um telegrama de felicitações do ministro Luiz Gallotti, então presidente do Supremo Tribunal Federal, e ex-aluno de meu pai (professor Alfredo Xavier Vieira)", relembra.

◇◇◇◇◇◇◇

A mudança para Timbó, também comarca de Vara única, ocorreu no início de 1966. Lá ficaram um ano e meio. Promovido para Concórdia, então de terceira entrância e Vara Única, encontrou milhares de processos represados. A comarca estava vaga há 25 meses.

De início, convocou uma reunião com os advogados militantes e pediu que cada um lhe fornecesse uma relação com dez processos que considerassem os mais urgentes. Novos encontros foram realizados, com o mesmo propósito e, em seis meses, a comarca estava absolutamente em dia.

Xavier Vieira realizou, ainda, correições nas serventias judiciais e extrajudiciais, nas delegacias de polícia e no presídio. Como as condições da cadeia eram precárias, pediu ao Estado sua reforma, sem êxito. No dia em que verificou que o esgoto sanitário estava entupido e que a permanência nas celas era impossível, interditou o presídio. Mandou os presos mais perigosos para o presídio de Joaçaba, mediante a concordância do diretor do Fórum da referida jurisdição, e soltou os demais, determinando que se apresentassem semanalmente. A iniciativa fez com que o Governo do Estado disponibilizasse os recursos necessários à reforma.

Em Concórdia, o juiz, o promotor, os funcionários e serventuários mantinham excelente relacionamento. Todos se abrigavam sob o "Clube da Ceguinha" (numa referência à figura da Justiça, com os olhos vendados) que se reunia pelo menos uma vez por mês, sob a liderança do excelente escrivão criminal e futuro juiz Álvaro Pille.

Juiz Eleitoral da 39ª Zona, Xavier Vieira presidiu uma exitosa campanha para aumento do contingente eleitoral. Transformou as 180 professoras das escolas municipais em preparadoras e, em um mês, alistou seis mil novos eleitores. No perímetro urbano, contou com a ajuda das senhoras da Casa da Amizade, do Rotary, que percorreram todas as casas, em bem sucedida estratégia. A rádio e o jornal da cidade divulgavam os resultados constantemente. Concórdia passou a ser o maior colégio eleitoral do Oeste, ultrapassado, anos mais tarde, com o rápido crescimento de Chapecó.

Promovido à 2ª Vara da Comarca de Rio do SuI, com competência no Júri e crime em geral e falências, entregou-se, com idêntico entusiasmo, às novas funções. Havia um belo entrosamento entre as comarcas da região: Ituporanga, Taió, Trombudo Central e Ibirama.

Semanalmente, reuniam-se os juízes e os promotores, com suas esposas, quando, além do convívio social, trocavam experiência e debatiam problemas comuns. Foi nessa época que se realizou o 1º Empavi, transformado em encontro estadual dos magistrados, promotores e advogados. Muitas teses foram apresentadas e debatidas, entre elas, a criação da Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, depois acolhida pelo Tribunal, e o aproveitamento da licença-prêmio para cursos dentro e fora do país. Em 1974, mesmo ano em que assumiu a Vara da Família da Capital (a única até então existente) Francisco lançou seu "Prática das Correições", uma edição com cinco mil exemplares, alta já para a época e inteiramente esgotada em pouco tempo.

Depois das andanças pelo Estado, Francisco Xavier Medeiros Vieira finalmente chega ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), sendo empossado no dia 26 de fevereiro de 1982, com assento na Segunda Câmara Civil. A toga lhe foi presenteada pelo desembargador Eugênio Trompowsky que se aposentara pouco antes. Assumiu a presidência da Câmara anos mais tarde, até ser eleito vice-presidente do Tribunal, em 1996.

Como vice-presidente e presidente nato de Comissões temáticas, inovou, incluindo dois juízes de primeiro grau, um advogado e um membro do Ministério Público na Comissão de Divisão e Organização Judiciárias.

Foi, também, presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Em sua gestão foi criada a urna eletrônica oficial, uma verdadeira revolução, que começou aqui em Santa Catarina e permitiu a Xavier a honra de presidir as primeiras eleições informatizadas da América Latina. Depois, as urnas eletrônicas se espalharam por todo o País e o resto da história todos conhecem...

◇◇◇◇◇◇◇

Pregando o voto facultativo, ele também correu o Estado conscientizando jovens de 16 e 17 anos, na campanha "Cidadania, um Direito". Em 55 dias, o TRE alistou 168 mil eleitores nessa faixa etária. Tamanha dedicação levou-o a assumir a presidência da União Latino-Americana de Direito Eleitoral (ULADE).

Mas não foi só no TRE que Xavier Vieira fez história. Em 1999, ele venceu a primeira disputa para a presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cujo cargo era ocupado até então sempre pelo magistrado mais antigo da Corte. Mesmo sendo o mais antigo, Xavier não se opôs a uma disputa democrática, na ocasião com o desembargador Wilson Guarany, que em sua gestão assumiu o cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Eleito para o biênio 2000-2002, Xavier Vieira instituiu a Mediação Familiar; operacionalizou Juizados Especiais; instalou a Justiça Agrária; ingressou no Programa Nacional de Qualidade no Serviço Público; criou o Conselho de Administração do Poder Judiciário, a Coordenadoria dos Magistrados, o Mestrado exclusivo para Magistrados, a Academia Judicial, o Projeto Casas da Cidadania (tendo instalado 50 delas), a Conta Única de Depósitos Judiciais que propicia elevados recursos e possibilitou a construção de várias Casas da Cidadania, a informatização e aumento do acervo das bibliotecas dos Fóruns; implantou a Farmácia do Judiciário que beneficia magistrados e servidores de todo o Estado; instituiu o Planejamento Estratégico; construiu e inaugurou a Capela Ecumênica, o Museu do Judiciário, o Auditório e a Sala de Sessões do Tribunal Pleno e parte do Anexo do TJ, deixando-o na quarta laje; transformou a Secretaria do Tribunal em Diretoria e elevou a Assessoria Militar a Casa Militar, tendo a chefia status de coronel; aumentou o número de desembargadores de 27 para 40, havendo provido três deles, por restrições orçamentárias; instalou as Comarcas de Capivari de Baixo e Camboriú; construiu o Fórum Desembargador Rubem Odilon Antunes de Córdova, no Oeste.

Por ocasião do centenário do TJ propôs a criação do Museu do Judiciário, implantado definitivamente em sua gestão na presidência do TJ. Também por projeto seu, o TJ criou o Centro de Estudos Jurídicos, tendo sido seu primeiro presidente. O lema, sob o qual chefiou o Poder Judiciário foi "A Humanização da Justiça"...

◇◇◇◇◇◇◇

Não bastasse a intensa dedicação à magistratura, Xavier Vieira também teve disposição para encarar outros desafios: é professor aposentado da UFSC, onde lecionou Prática Forense, Processo Civil e Teoria Geral do Processo; é membro, com sua esposa, do Conselho de Educadores da Escola de Pais do Brasil; fez parte do Conselho de Ética da Corte Catarinense de Mediação e Arbitragem; é membro da Academia Catarinense de Filosofia; bem como participou, como palestrante, em vários cursos, congressos e encontros, no Brasil e no exterior.

Uma das premiações que mais o incentivou em sua carreira lhe foi conferida no "Concurso Desembargador André da Rocha no Sesquicentenário da Independência", da Ajuris, com o trabalho "O Poder Judiciário a partir da Independência".

Teve magníficos exemplos nos quais se espelhou: ministro do antigo TFR, hoje STJ, Sebastião Reis, Luiz Gallotti (STF), ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, desembargadores Eugenio Trompowsky Taulois, Vitor Lima, Norberto de Miranda Ramos, Osmundo Wanderley da Nóbrega e Marcílio Medeiros. E na família, vários exerceram e exercem atividades ligadas ao Direito.

◇◇◇◇◇◇◇

A aposentadoria, em 26 de novembro de 2001, proporcionou-lhe tempo para leitura, para escrever e para numerosas viagens, sempre ao lado da esposa Marylene Evangelista, com quem está casado desde 30 de janeiro de 1960. O casal tem quatro filhos e seis netos.

A música também faz parte do seu cotidiano, com preferência para o gênero erudito, sem abrir mão dos expoentes da música popular brasileira, que vão de Emilinha Borba a Chico Buarque. "Ouço, vez ou outra, música gregoriana, que nos torna mais transcendentes", enfatiza.

Outro ramo da arte que o sensibiliza é a pintura. "E me pergunto por que se repete tão raramente hoje o talento que caracterizou mestres como os nossos Di Cavalcanti, Portinari e Tarsila do Amaral, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Monet, Picasso, EI Greco Caravaggio, Rembrand, Cizanne, Goya, Gaugnin, Renoir, Van Gogh, Debret, e tantos outros. Pena que tenhamos tão poucos museus por aqui. Sempre que estamos em São Paulo, que tem a melhor pinacoteca do País, visitamos ou revisitamos algum museu. A arte é fator indispensável para a elevação do espírito e para a humanização", reafirma.

O cinema de igual forma lhe encanta. "Sou do tempo das sessões duplas, bons faroestes e seriados. Alguns me marcaram, como Casablanca, Seu Único Pecado, Ana Karenina, Dr. Jivago, Os Doze Condenados, A Volta ao mundo em 80 dias, O Poderoso Chefão e O Vento Levou", cita.

Faz dois anos, seu filho Fernando e a nora Juliana, ambos jornalistas, resolveram gravar uma entrevista, traçando a sua biografia. "Eles pretendiam um vídeo. Gravaram 30 fitas aqui e em várias cidades onde residimos e resolveram transformá-Io em livro, que está para sair", revela.

A julgar pela sua trajetória, aqui contada de forma resumida, a obra se tornará leitura obrigatória para aqueles que pretendem conhecer um pouco mais sobre aqueles que contribuíram para engrandecer e reafirmar o vanguardismo da Justiça catarinense...

Fabrício Severino

Extensões ESMESC alcançam, em 2011, 220 alunos de seis cidades catarinenses

Escola oferece o curso de preparação ao concurso da magistratura aos pólos geograficamente distantes de sua sede, na Capital

A ESMESC, entendendo que o saber não tem e não pode ter fronteiras, tem, desde 1992, empenhado esforços para atingir os que estão geograficamente distantes da sua sede, possibilitando o acesso ao curso de preparação ao concurso da magistratura através de convênios com instituições de diversos municípios. Este ano, a Escola ofereceu o curso em seis estabelecimentos, distribuídos em: Blumenau, Joinville, Joaçaba, Curitibanos, Chapecó e Criciúma, alcançando mais de 220 alunos.

"Há que se reconhecer a grande importância e valia do curso de preparação realizado pela Escola da Magistratura. Seus resultados, de tão positivos, não poderiam permanecer restritos à sua sede, estabelecida na Capital do Estado. Admitir isso importaria na submissão dos interessados aos riscos próprios do deslocamento, o qual, na maioria dos casos, sequer seria possível, culminando por fulminar o sonho de muitos", afirma a coordenadora da extensão de Blumenau, juíza Quitéria Tamanini Vieira Péres.

Interiorização

O processo de interiorização teve início na gestão do desembargador Norberto Ungaretti (1986-1994), em 1992, com a implantação da primeira extensão pela FURB, em Blumenau, permitindo que alunos da região pudessem ter acesso ao curso, atingindo, assim, outro pólo cultural de Santa Catarina. Em 1995, na gestão do desembargador Alberto Luiz da Costa, a Escola abre a oportunidade em uma segunda cidade: Chapecó, pela UNOESC. No ano de 2000, tomou posse do cargo o juiz Henry Goy Petry Júnior, ficando com a responsabilidade até o ano de 2002. Dentre as várias iniciativas, fez questão de aumentar no número de extensões pelo Estado, em parceria com várias instituições de ensino superior instaladas em solo catarinense. Até então, a Escola já chegou a oferecer o curso num total de 25 cidades.

De acordo com o diretor geral da ESMESC, juiz Silvio José Franco "o processo se consolidou e hoje oferece turmas dispostas a oferecer um ensino de qualidade nas demais cidades do Estado, assegurando o cumprimento dos objetivos propostos pela AMC/ESMESC, até então disponíveis apenas em Florianópolis".

Aluno do módulo 1 da extensão de Blumenau, o advogado Diego Emmanoel Serafim Pereira concorda com a importância da interiorização: "A extensão de Blumenau permite a quem reside no Vale do Itajaí se preparar para o concurso da magistratura com a mesma qualidade da Escola em Florianópolis. Como pretendo seguir a carreira de magistrado, encontro na extensão o desenvolvimento acadêmico e humano necessários para a formação de um juiz comprometido com a sociedade", reitera

Aprimoramento

O coordenador da extensão de Chapecó, juiz André Alexandre Happke, já lecionou em cursos disponíveis em Videira, Concórdia e Chapecó, e já coordenou em Mafra, Canoinhas e Chapecó. Com vasto conhecimento da atividade oferecida pela ESMESC, o magistrado revela que a existência do curso em outros pontos do Estado (além da Capital) é de excepcional importância, não apenas para as cidades-sede das Extensões, mas também porque geralmente atraem alunos de cidades próximas e de Estados vizinhos, democratizando ainda mais seu acesso à preparação para o concurso, mas especialmente para a formação do futuro juiz. "A ESMESC é a primeira referência aos Bacharéis em Direito que pretendem fazer concurso da magistratura em Santa Catarina, não podendo esta ficar restrita aos que moram perto da capital", ressalta.

De acordo com Happke, mesmo que haja alunos voltados à preparação do concurso, nas extensões predominam profissionais em busca de aprimoramento e atualização, como é o caso do advogado Tiago Grando, que cursa o módulo 1 em Joaçaba. "A Escola me trouxe várias vantagens, está me ajudando bastante na minha profissão de advogado e também a título de conhecimento. Não entrei pensando na carreira da magistratura, mas hoje sinto que se continuar cursando - este e os demais módulos - me sentirei confiante em participar do concurso, pois a ESMESC conta com professores de qualidade e de conhecimentos sólidos", admite Grando.

O mesmo ocorre com a oficial de Justiça Cristiana Regina Schaedler, colega de classe de Tiago Grando: "Meu objetivo é a especialização para fins de promoção profissional, mas nada impede que durante o curso eu resolva aprofundar mais os estudos, com a finalidade de me preparar para o concurso da magistratura".

Porém, o curso de preparação ao concurso da magistratura tem história e por ele passaram praticamente metade dos juízes do Estado. Entre os alunos que estão em busca da carreira está o assessor jurídico Caetano Donizetti Battisti, aluno do módulo 1 da extensão de Blumenau, que pretende passar no concurso para poder trabalhar com conciliação. "Além de admirá-la e respeitá-la, escolhi a ESMESC por saber que através dela posso aprimorar meus conhecimentos, para um bom exercício da judicatura num futuro próximo", afirma o aluno.

Com a incumbência de lapidar o conhecimento dos bacharéis de Direito, a ESMESC proporciona o compartilhamento de experiências e o envolvimento com os desafios cotidianos, oferecendo professores magistrados, simulando audiências, promovendo debates com temas atuais e incluindo no currículo a Residência Judicial ao final dos dois primeiros módulos. De acordo com a juíza Quitéria Tamanini "ao aluno cabe apenas o restante da tarefa: estudar e alimentar sua permanente inquietação com respostas que, bem sabemos, gerarão novas perguntas. Deste modo descobrirá, naturalmente, a formula desta engenhosidade denominada *saber*".

Divulgação

Sala de aula do módulo 1 da extensão de Curitibanos, em 2011

Extensões

Blumenau

A extensão de Blumenau iniciou suas atividades em março e encerrará o módulo 1 em dezembro de 2011, tendo como instituição conveniada a Universidade Regional de Blumenau - FURB, sob a coordenação da juíza Quitéria Tamanini Vieira Péres. Para informações ligue (47) 3321-0582, prof. Feliciano Alcides Dias ou Daniel Agostini Neto.

Chapecó

Chapecó iniciou suas atividades em março e encerrará o módulo 1 em maio de 2011, tendo como instituição conveniada a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, sob a coordenação do juiz André Alexandre Happke. Para informações ligue (49) 3319-2600, profa. Karen De Carli ou prof. Walber Pinto Vieira.

Divulgação

Criciúma

A extensão de Criciúma iniciou suas atividades em agosto de 2011 e encerrará o módulo 2 em agosto de 2012, tendo como instituição conveniada a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, sob a coordenação do juiz Márcio Schiefler Fontes. Para informações ligue (48) 3431-2626, prof. Marco Aurélio.

Joinville

A extensão iniciou suas atividades em agosto de 2010 e encerrará o Módulo II em agosto de 2011. As aulas estão sendo ministradas na sala de capacitação do Fórum de Joinville, sob a coordenação do juiz Sérgio Luiz Junkes. Para informações ligue (48) 3231-3041, falar com Gleice Guimarães.

Curitibanos

A extensão de Curitibanos iniciou suas atividades em agosto de 2010 e encerrou o módulo 1 em agosto de 2011, tendo como instituição conveniada a Universidade do Contestado - UNC, sob a coordenação do juiz Rafael Sandi. Para informações ligue (49) 3245-4111, profa. Kátia Mello

Joaçaba

Joaçaba iniciou suas atividades em agosto de 2011 e encerrará o módulo 1 em agosto de 2012, tendo como instituição conveniada a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, sob a coordenação do juiz José Francio. Para informações ligue (49) 3551-2038, prof. Célio Alves de Oliveira.

AMC realiza Congresso Estadual de Magistrados em Balneário Camboriú

Com cerca de 200 participantes, evento contou com palestras, assembleias, homenagens e jantar de confraternização

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, entre os dias 7 e 9 de outubro, o seu tradicional Congresso Estadual de Magistrados, reunindo cerca de 200 participantes nas dependências do Hotel Recanto das Águas – Infinity Blue Resort & SPA, em Balneário Camboriú.

Na abertura, fizeram uso da palavra, respectivamente, o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador José Trindade dos Santos, o corregedor geral da Justiça, desembargador Solon D'Eça Neves, o representante da OAB, seccional de Balneário Camboriú, advogado Leandro Molin Hannibal, e o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi.

O desembargador Trindade manifestou a sua indignação em relação aos recentes ataques que vem sofrendo a magistratura brasileira. Em tom de despedida, já que o Congresso seria, provavelmente, o último evento em que ele falaria para um número tão expressivo de magistrados como presidente da Corte, Trindade dos Santos agradeceu o apoio de todos a sua gestão, tanto do primeiro quanto do segundo grau de jurisdição, inclusive a própria parceria com a AMC. "Se a minha administração foi boa, devo aos parceiros que tive", destacou.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Solon D'Eça Neves, também rechaçou as críticas ao Judiciário e sobre o trabalho na Corregedoria, o magistrado disse estar orgulhoso pelo fato de não precisar punir magistrados catarinenses por eventual irregularidade.

"Todos nós, principalmente os mais antigos, sabemos do sacrifício que fizemos para termos uma magistratura respeitada em todo o país. Os nossos antecessores nos deixaram uma criança, que nós agora estamos cuidando e vamos entregar limpinha para vocês, para que dêem continuidade a esse trabalho de engrandecimento da nossa magistratura", assinalou.

O representante da OAB local, advogado Leandro Molin Hannibal, aproveitou a oportunidade e parabenizou os organizadores do evento, destacando que a Ordem sempre esteve e estará ao lado das causas da Justiça que visem um melhor atendimento aos jurisdicionados.

O presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, foi o último a se manifestar, ocasião em saudou que os participantes do congresso. Bruschi fez coro às palavras do presidente do TJ/SC, enfatizando que a magistratura vive realmente momentos de inquietação, pois se vê diuturnamente atacada pela opinião pública e pela mídia, não tendo, em contrapartida, o amparo e o posicionamento firme dos dirigentes do Judiciário nacional, que não vêm a público para esclarecer à sociedade sobre os direitos e garantias constitucionais da classe.

"Bastaria que o presidente do STF convocasse uma simples entrevista coletiva e demonstrasse cabalmente quais as nossas atividades, que são vitais para a manutenção da democracia. Não é admissível que qualquer categoria profissional goze do entendimento sedimentado na nossa sociedade segundo o qual fazem jus, anualmente, à reposição da inflação e nós magistrados, agentes políticos de um Poder com igual importância no tripé democrático, não tenhamos este direito reconhecido. Resta-nos, em nível de Estado, postular as melhorias que nos são possíveis, como o aumento no número de assessores, compensação de plantões, entre outros", afirmou.

Fotos: Terezinha Bonfanti

O desembargador Trindade dos Santos agradeceu aos magistrados pelo apoio a sua gestão na presidência do TJ

Assembleia

Na tarde de sábado, a AMC promoveu uma Assembleia Geral Extraordinária, oportunidade em que foram discutidos assuntos de interesse da classe. O primeiro deles, a alteração estatutária para que as pensionistas tenham o direito de votar nas eleições da AMC, ficou prejudicada, uma vez que não foi atingido, mesmo computado os votos encaminhados por meio eletrônico, o quorum necessário.

Magistrados debateram assuntos de interesse da classe

Foi aprovado, por maioria, o envio de moção aos desembargadores do TJ/SC para imediato provimento das duas vagas de desembargador que estão em aberto, bem como o envio de ofício ao ministro relator manifestando a preocupação da magistratura catarinense com a matéria judicializada e solicitando o julgamento célere do feito.

Por solicitação do associado Periandro Alves Balbino foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória dos falecidos desembargadores Ayres Gama Ferreira de Melo e Wladimir D'Ivanenko. Logo após, os participantes puderam assistir a uma apresentação feita pelo funcionário Alexsandre Berto, da Coomarca, sobre os produtos oferecidos pela cooperativa de crédito, destacando as vantagens que os cooperados têm, as quais raramente são oferecidas por outras instituições financeiras.

Homenagem

Na noite de sábado, a AMC prestou homenagem ao magistrado Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, recentemente empossado no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na ocasião, os presidentes da AMC e do TJ/SC fizeram a entrega de uma placa ao ministro, que agradeceu sensibilizado a lembrança. "Esta placa é uma comemoração de todos. A magistratura de Santa Catarina é a que mais produz no país, como a Justiça brasileira é a que mais produz no mundo. Por isso, a conquista dessa vaga pouco tem a ver comigo e muito tem a ver com a magistratura de Santa Catarina, com a AMC e com o TJ/SC. Tenho imenso orgulho de pertencer à magistratura catarinense", pontuou.

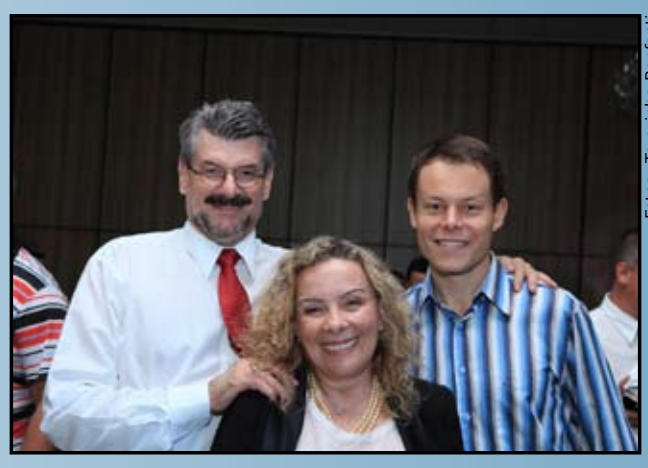
Em continuidade, os presentes puderam se deliciar com um belo jantar e um baile ao embalo da Banda Açu.

Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi recebe homenagem da AMC

MOMENTOS DO ENCONTRO

Desembargador Aluísio Blasi e a esposa Maria Margareth

Desembargador Jaime Vicari junto da família


Ministro Buzzi, a esposa Katcha Buzzi e o juiz Rafael Bottan

Fotos: Terezinha Bonfanti

Juízes Rafael Sandi e Alessandra Mayra da Silva Oliveira

Ex-presidente da AMC, Ricardo Roesler e a esposa Sandra

Presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi, acompanhado da família

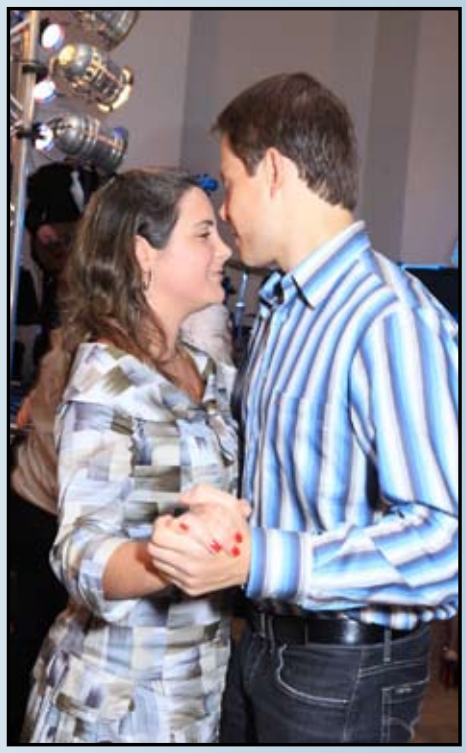
Juiz Vilmar Cardozo também acompanhado da família

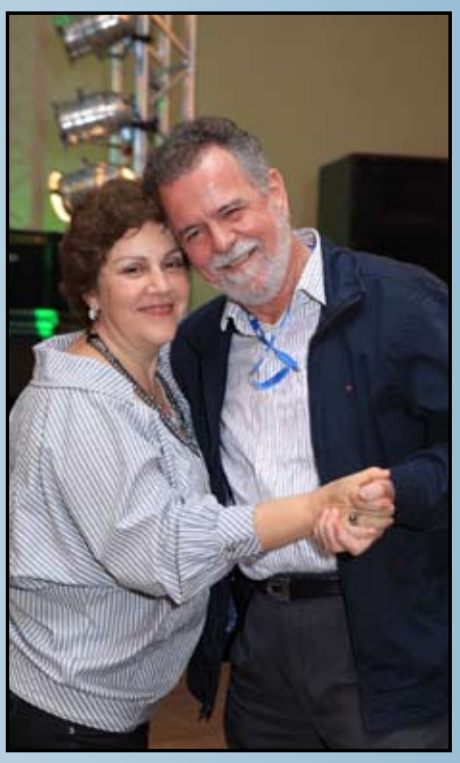
Presidente do TJ, des. José Trindade dos Santos e a esposa Evanir

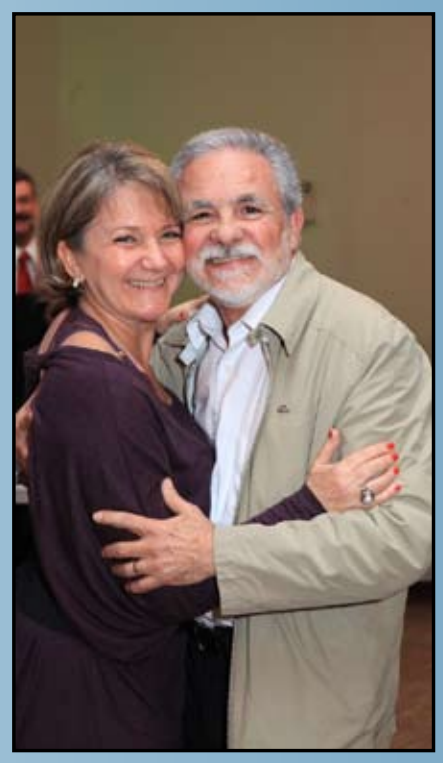
Desembargador José Inácio Schaefer e a esposa Ivoni

Magistrados Gilberto de Oliveira e Clarice Lanzarini, juntos à filha

Juiz Álvaro Pereira junto da filha e da juíza Alaíde Nolli


Juízes Rafael Bottan e Viviana Gazaniga Maia


Desembargador José Volpato e a esposa Sônia


Desembargador Rui Fortes e a esposa Gilmara

Agenda do presidente

Confira alguns dos compromissos da agenda do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Bruschi, no mês de setembro.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
				1 Expediente da AMC.	2 Expediente da AMC.	3
4	5 16h - Paticipa de cerimônia de posse dos desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Marco Aurélio Bellize Oliveira no cargo de Ministro do STJ. 16h30 - Participa de coquetel em homenagem aos empossados.	6 Expediente da AMC.	7 Feriano Nacional.	8 Expediente da AMC.	9 Expediente da AMC.	10 Expediente da AMC.
11	12 Expediente da AMC.	13 Expediente da AMC.	14 Expediente da AMC. 17h - Participa do Congresso Técnico e do coquetel de abertura do 18º Campeonato Nacional de Futebol Master. Local: Hotel Jurerê Beach Village - Florianópolis/SC.	15 9h às 13h e 16h às 20h - Participa dos jogos 18º Campeonato Nacional de Futebol Máster. Local: Sede balneária AMC - Cachoeira do Bom Jesus - Florianópolis/SC.	16 9h às 13h e 16h às 20h - Participa dos jogos do 18º Campeonato Nacional de Futebol Máster. Local: Sede balneária AMC - Cachoeira do Bom Jesus - Florianópolis/SC.	17 15h às 20h - Participa dos jogos do 18º Campeonato Nacional de Futebol Máster. 20h - Participa de Solenidade de Premiação e Jantar de encerramento oferecido pela AMC. Local: Sede balneária AMC.
18	19 Expediente da AMC.	20 16h - Participa de reunião conjunta dos Conselhos Executivo e de Representantes da AMB. Local: Sede Social da AMAGIS/DF. 19h - Participa de jantar de confraternização. Local: Sede Social da AMAGIS/DF.	21 Pariticipa da Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público. 8h30 às 10h30 - Reunião na Sede Social da AMAGIS/DF. 10h30 às 12h - Segue ao Congresso Nacional para reunião com a participação de lideranças políticas. 12h - Deslocamento ao STF para finalização do movimento.	22 10h - Participa de reunião do Instituto Crack Nem Pensar. Local: RBS TV - Sala da Diretoria - Morro da Cruz - Florianópolis/SC.	23 10h - Participa da solenidade de Instalação do 3º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville. Local: Anfiteatro da SOCIESC - Campus Boa Vista - Joinville/SC.	24
25	26 Expediente da AMC.	27 Expediente da AMC.	28 9h - Participa de reunião do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais. Local: Salão Nobre da Presidência (TJ/SC).	29 Expediente da AMC.	30 10h - Participa da Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Palhoça. Local: Loteamento Pagani - Palhoça/SC.	

Na manhã de 23 de setembro, o presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi, participou da solenidade de Instalação do 3º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville. A nova unidade foi instalada no Campus Boa Vista da SOCIESC.

Eduardo Nascimento/Ass. Imprensa TJ/SC

O presidente foi a Brasília no dia 21 de setembro para participar da Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público. No decorrer do dia, se reuniu com lideranças políticas e membros do Judiciário para discutir o assunto.

Deck Filmes

Bruna Cassilha /Ass. Imprensa TJ/SC

No dia 30 de setembro, o presidente esteve presente na cerimônia de instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Palhoça, junto à inauguração do novo Fórum.

ALMA FEMININA

As chuvas no Vale do Itajaí

Magistrada relata o drama provocado pelas enchentes

O Vale do Itajaí, em Santa Catarina, foi devastado pela enchente causada pelas intensas chuvas do último mês. Estradas ficaram interditadas e a situação ainda é de atenção na região. Em Blumenau, o rio Itajaí-Açu atingiu o nível de 12 metros acima do normal e invadiu as ruas da cidade. A Defesa Civil do município chegou a detectar 11 pontos passíveis de deslizamentos. Só na região de Jaraguá do Sul, 300 pessoas estão desabrigadas. Para saber um pouco mais sobre a tragédia, a coluna Alma Feminina conversou com uma moradora blumenauense, a juíza Ana Karina Arruda Anzanello, da 2ª Vara Criminal de Blumenau. A magistrada - e mãe - nos conta, em depoimento, como foi e como está sendo a luta dos moradores, em um dos pontos mais atingidos do Vale do Itajaí.

Fotos: Silvio José Etges

"Infelizmente nossa querida Blumenau, mais uma vez, foi vítima de enchente neste mês de setembro de 2011. Na enchente de 2008, eu e minha família ainda não morávamos em Blumenau. Nos dias que antecederam a enchente deste mês de setembro do corrente ano, choveu muito em Blumenau. Comecei a ficar preocupada e na véspera do início da enchente rezei bastante, pois percebia que do jeito que estava indo, não poderia acabar bem. De fato, no dia seguinte (08/09/11), minha filha foi para a escola normalmente, mas por volta das 10h da manhã, chovendo muito, uma amiga minha, cuja filha é colega de aula da minha, avisou-me que o colégio onde elas estudam já havia liberado os alunos, pois as ruas do centro e de alguns bairros já estavam começando a ficar alagadas. Pelo rádio, o repórter orientava para que as pessoas evitassem sair para as ruas, pois o trânsito já estava totalmente congestionado, sendo que as pessoas estavam saindo dos seus locais de trabalho e outras, indo buscar seus filhos nas escolas.

Naquele mesmo dia, o nosso colega diretor do Foro baixou portaria suspendendo o expediente a partir daquela data até a terça-feira subsequente. Depois, o presidente do Tribunal de Justiça, o eminente desembargador José Trindade dos Santos, baixou uma portaria mais ampla, abrangendo outras comarcas, além de Blumenau, suspendendo o expediente forense até o dia 16/09/2011, diante da situação caótica.

Eu e minha família ficamos no nosso apartamento, acompanhando as notícias por meio de rádio, televisão em rede nacional e também de um canal local, sendo que este dava informações, relatórios da Defesa Civil, informando o nível do rio, que a cada hora aumentava.

Tanto o Centro como os bairros ficaram alagados. Os bairros que não ficaram alagados, ficaram "ilhados", não tendo acesso a outros bairros ou centro. No bairro onde resido, pelo menos eu e minha família podíamos nos deslocar até um mercado, para comprar alimentos, mas não tínhamos como nos deslocar para outros bairros. No Centro, o alagamento foi tão expressivo que as pessoas somente podiam sair de barco de suas casas.

Tendo em vista que Blumenau fica num vale, muitos morros começaram a desmoronar, levando as casas ali edificadas. Muitas pessoas estão em abrigos, pois perderam suas moradias e, o que é mais grave: outras tantas continuam em abrigos desde a enchente de 2008, sem solução para seus casos.

Não sou natural de Blumenau, mas fiquei extremamente sensibilizada com a situação da população. O povo blumenauense, mais uma vez, mostrou o quanto é forte, unido, solidário e trabalhador nos momentos difíceis, tanto é que no Centro e em outros pontos não se vê vestígios da enchente, pois trataram, assim que o sol saiu, de limpar suas casas, seus comércios, as ruas.

Esperamos, nós moradores de Blumenau, que as autoridades do Poder Executivo tomem providências urgentes e não virem a página, como se fosse apenas "mais uma enchente". Uma tragédia deste porte mexe muito emocionalmente com as pessoas, abala economicamente uma cidade, destrói sonhos, desestrutura a sociedade. Penso que para evitar novas enchentes, há muito que se fazer e o quanto antes. Há necessidade de que o Executivo contrate equipe técnica, combinada com liberação de verba pública condizente, para dragagem, desassoreamento do rio e outras providências cabíveis. Os governantes deverão lançar um olhar de generosidade, fraterno, para as cidades vulneráveis as enchentes e a partir daí, buscar soluções.

Sabemos que a natureza é bela, mas é temperamental, na medida em que exerce sua fúria quando não é respeitada. Portanto, vejo que passou da hora de serem tomadas providências sérias, conciliando progresso com o respeito ao meio ambiente."

Divulgação

Juíza Ana Karolina Anzanello, de Blumenau

DIREITOS HUMANOS

*** JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF**

Apesar de todas as negações de Humanismo, na sociedade brasileira e no mundo, podemos celebrar os Direitos Humanos?

Creio que sim. Isto porque os Direitos Humanos constituem uma conquista na longa e muitas vezes penosa caminhada da Humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é documento fundamental, como expressão desta caminhada. Mas não foi uma obra instantânea, nem foi produto de um círculo reduzido de pensadores europeus e norte-americanos. Filósofos, profetas, líderes religiosos, gente anônima do povo, de todos os continentes, de épocas as mais recuadas contribuíram para a formação deste patrimônio da cultura humana, que a Declaração tentou corporificar. Além disso, os Direitos Humanos não se estabilizaram na Declaração formulada em 1946. Acréscimos e enriquecimentos posteriores foram feitos.

Por outro lado, expressões anteriores de Humanismo não foram plenamente ouvidas pelo documento que a ONU aprovou.

De tudo isto se conclui que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um texto da mais alta relevância. Entretanto, essa Proclamação não monopoliza os ideais de Direitos Humanos presentes na História e no grito de Justiça dos homens e mulheres, sobretudo daqueles que, por qualquer circunstância, se encontrem numa situação de opressão.

A ideia de Direitos Humanos é fundamental para a vida brasileira de hoje. Negações de humanismo estão presentes no nosso cotidiano: desde as grandes negações, como aquelas que marginalizam parcela ponderável do povo, até negações a varejo como, por exemplo, fazer olho cego à cena de uma pessoa atropelada numa estrada.

Entendemos que sejam princípios cardeais de Direitos Humanos aqueles estatuídos pela Declaração Universal aprovada pela ONU e aqueles que constam de proclamações complementares. Dentre estas devem ser citadas a Carta Universal dos Direitos dos Povos, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Carta Americana de Direitos e Deveres do Homem, a Declaração Islâmica Universal dos Direitos do Homem, a Declaração Solene dos Povos Indígenas do Mundo. Essa enumeração não exclui outros documentos que buscaram, nas mais diferentes situações e lugares, afirmar o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

Se crianças que perambulam por nossas ruas, sem pão e sem teto, são assassinadas, essas mesmas crianças são capazes de lutar por sua própria Humanidade nesta bela afirmação de "Direitos Humanos" que é o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Por isto creio que os Direitos Humanos devem ser celebrados, cotidianamente. Seja essa celebração o pão nosso de cada dia.

***MAGISTRADO APOSENTADO**

VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

*** JOSÉ LUCIO MUNHOZ**

Nos últimos anos ocorreu uma verdadeira revolução na atuação da magistratura brasileira e, para isso, não foram necessários movimentos externos ou manifestações das ruas. Foram mudanças de dentro para fora, decorrentes do amadurecimento democrático, da renovação e da consciência dos juízes quanto aos valores republicanos estampados na sua função institucional.

Os próprios juízes lutaram pela fixação de um teto remuneratório único e transparente, rompendo com a cultura de marajás que reinava em alguns poucos tribunais do país. Foi de iniciativa da magistratura a luta contra o nepotismo no Judiciário, por meio de processos apresentados perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Coube aos juízes, ainda, atuar pela regulamentação do uso dos carros oficiais nos tribunais e estabelecer critérios objetivos nas designações e promoções.

O juiz, aos poucos, foi deixando a atuação reclusa para realizar ações sociais, interagindo com a comunidade. São exemplos as audiências públicas, palestras em universidades, eventos de solidariedade, estímulo à adoção, atos contra a corrupção, enfrentamento ao trabalho escravo, ações educacionais de cidadania e justiça nas escolas, combate ao bullying, eventos de conscientização sobre o trabalho e a prostituição infantil, programas de reinserção do ex-presidiário à sociedade, ataque às drogas etc.

Mesmo na sua esfera profissional, muitos foram os avanços internamente promovidos no Judiciário, como as campanhas de estímulo à conciliação, maior desburocratização do processo, gravação de audiências, desenvolvimento do processo eletrônico, estabelecimento de metas, juizados itinerantes, mutirões, garantia de medicação e tratamento aos doentes, punição e prisão aos que desonram a toga, aperfeiçoamento das escolas da magistratura, ataque ao crime organizado, entre outros.

Esse conjunto de circunstâncias tirou o magistrado da zona de conforto pessoal em que se encontrava — cuidando apenas dos despachos e sentenças em seus gabinetes —, para colocá-lo no centro da solução dos litígios. De um profissional quase sem rosto e escondido, o juiz passou a ser, em muitos casos, o guardião da comunidade na efetividade da Justiça e, exatamente por isso, alguém a ser combatido por aqueles que possuem interesses contrariados.

> ***"Muitos foram os avanços internamente promovidos no Judiciário, como, por exemplo, as campanhas de estímulo à conciliação."***

Na última década tivemos diversos ataques contra magistrados. Quatro deles foram assassinados e mais de uma centena de juízes convivem com ameaças de morte. Em outros casos, tentam matar o magistrado atacando-o naquilo que lhe é mais caro: a honra. Procuram atingi-lo em sua independência, dignidade ou fragilizá-lo com campanhas difamatórias ou denúncias inconsistentes, que lhe provocam desgastes ou o desvio do foco de sua atuação institucional.

Esse caminho trilhado pela magistratura brasileira - em boa medida também pelo Ministério Público e advocacia - precisa avançar; não pode comportar retrocessos, não obstante a maior pressão e as consequências trazidas para o profissional, hoje objeto de maior controle, fiscalização e policiamento público. O trabalho do magistrado é extremamente penoso, pois trava combates internos em sua própria essência para fazer justiça, diante de uma legislação defasada e, não raro, com a ausência completa de condições estruturais.

As angústias e frustrações por não conseguir efetivar a Justiça em todos os casos, combinadas com um ambiente estruturalmente carente, com excesso de trabalho, sem proteção e de risco, geram males terríveis à sua pessoa, como recentemente comprovado em estudo sobre a saúde dos juízes brasileiros.

É preciso que a sociedade tome consciência dessa evolução, reconheça o que já foi feito e continue a apoiar tais avanços, para o muito que ainda precisa ser realizado. Não se pode deixar de cobrar dos juízes um desempenho condigno e ético, mas é preciso também valorizar sua atuação e exigir que lhes sejam asseguradas condições de trabalho adequadas e seguras.

O magistrado, mais que qualquer cidadão, aspira à edificação de uma sociedade justa e solidária. Mas não é correto que essa construção se dê ao custo pessoal dos juízes ou com a violação de suas próprias garantias constitucionais, inclusive remuneratórias. É fundamental assegurar ao magistrado os seus direitos, pois só assim teremos uma Justiça forte, moderna e ativa, como deve ser o desejo da sociedade brasileira.

***CONSELHEIRO DO CNJ**

Dos clássicos às atualidades,
publicações jurídicas para seus estudos e atividade profissional.
Constitucional Alexandre de Moraes
Trabalhista Sérgio Pinto Martins
Administrativo Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Civil Sílvio de Salvo Venosa
Processo Civil Elpídio Donizetti
Penal Fabbrini e Mirabete
Entre outros
Tem sempre um livro Atlas que atende as suas necessidades
editora atlas
www.EditoraAtlas.com.br